

## OPERAÇÃO INSIDER

# Funcionários do BRB suspeitos de fraude

Investigação da PCDF — que aponta movimentações suspeitas de R\$ 15 milhões envolvendo empregados do Banco de Brasília, empresários e um servidor federal — teve início após denúncia feita pela própria instituição e não tem ligação com o caso Master

» PAULO GONTIJO  
» ADRIANA BERNARDES

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) deflagrou, na manhã de ontem, a Operação Insider para investigar um suposto esquema de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo funcionários do Banco de Brasília (BRB), empresários, empresas e um servidor público federal. Segundo a investigação conduzida pela Delegacia de Repressão à Corrupção (DRCor), o grupo teria movimentado cerca de R\$ 15 milhões por meio de operações consideradas incompatíveis com a renda declarada pelos investigados.

As apurações começaram a partir de informações repassadas pelo próprio BRB, após a identificação de irregularidades em uma agência de Ceilândia. O banco detectou operações suspeitas, movimentações atípicas e possíveis descumprimentos de normas de compliance, o que levou à abertura de uma investigação interna e ao acionamento das autoridades policiais.

“Desde a identificação das irregularidades, todas as informações foram encaminhadas às autoridades competentes para apuração rigorosa dos fatos”, declarou a governadora do Distrito Federal, Celina Leão, em nota. Ela também afirmou que o governo não será complacente com desvios de conduta dentro da instituição financeira. “O compromisso do Governo do Distrito Federal é preservar a integridade do BRB, assegurar transparência nas apurações e garantir que eventuais responsáveis sejam punidos na forma da lei”, destacou.

Ao todo, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, sendo 12 no Distrito Federal e os outros no Rio de Janeiro e em São Paulo, um deles contra Fábio Peres, irmão da ex-deputada federal Flávia Peres. As apurações seguem para identificar a rede de movimentação dos recursos e outros possíveis envolvidos no esquema.

Também foram determinados bloqueios financeiros proporcionais às movimentações investigadas, além da apreensão de oito veículos de luxo e de um imóvel no DF. Se condenados, os investigados poderão responder pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção, com penas que podem ultrapassar 30 anos de prisão.

### Dinâmica

Segundo a PCDF, o esquema teria começado a partir de uma fraude milionária envolvendo boletos bancários adulterados em outros estados, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse tipo de golpe, criminosos alteravam os códigos de barras dos boletos para desviar os valores pagos pelas vítimas para contas vinculadas ao grupo investigado.

Parte desses recursos teria sido direcionada para contas ligadas aos suspeitos em uma agência do BRB em Ceilândia. A partir daí, segundo os investigadores, o dinheiro passava a circular em sucessivas transferências entre pessoas físicas e jurídicas, além de saques e depósitos em espécie de alto valor, numa tentativa de dificultar o rastreamento da origem dos recursos.

A investigação aponta que dois funcionários do BRB teriam “pulverizado” os valores em ao menos 12 contas bancárias na capital federal. Um dos depósitos analisados ultrapassou R\$ 1 milhão. Também há suspeitas de ocultação patrimonial por meio da aquisição de veículos de luxo e da circulação fracionada de dinheiro.

Os dois envolvidos foram afastados de suas funções, mas seguem vinculados ao banco. Eles passarão por um processo administrativo, que irá apurar eventual responsabilidade antes de qualquer decisão definitiva sobre desligamento.

Os investigadores identificaram, ainda, indícios envolvendo um funcionário da BRB DTVM (Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Segundo a PCDF, ele teria participado da negociação de três carteiras de ativos que somam mais de R\$ 60

Divulgação/PCDF



A operação cumpriu 17 mandados de busca e apreensão, sendo 12 deles no DF. Dois servidores foram afastados da instituição



**Desde a identificação das irregularidades, todas as informações foram encaminhadas às autoridades competentes para apuração rigorosa dos fatos. O compromisso do Governo do Distrito Federal é preservar a integridade do BRB, assegurar transparência nas apurações e garantir que eventuais responsáveis sejam punidos na forma da lei”**

*Celina Leão, governadora do DF*

milhões. Em datas próximas às operações, o servidor teria recebido valores considerados incompatíveis com sua renda formal.

De acordo com o delegado Diogo Cavalcante, da DRCor, o banco foi fundamental para o avanço das investigações. “A partir das informações passadas pelo próprio banco, iniciamos o inquérito e conseguimos delinear um esquema sofisticado de lavagem de dinheiro e corrupção”, afirmou.

### Reação

O presidente do BRB, Nelson de Souza, ressaltou que a investigação não possui relação com o Banco Master e classificou o caso como “antigo”. Segundo ele, o próprio banco vinha aprofundando as apurações internas. “Estamos desenterrando tudo e solicitando apuração”, declarou.

Em nota, o BRB informou que a investigação interna começou em maio de 2025 e destacou a atuação da área de compliance da instituição. “O Banco segue colaborando com as autoridades e adotando todas as providências necessárias para assegurar a conformidade de suas operações e a res-

ponsabilização de eventuais envolvidos”, informou a instituição.

A Polícia Civil afirma que, até o momento, não há indícios de prejuízo direto aos correntistas nem ao banco.

### Novas fases

A pedido da reportagem, o advogado criminalista Gabriel Vicente explicou, com base na sua experiência, os procedimentos decorrentes de investigações como essa. Segundo ele, a Operação Insider está em uma fase inicial e o avanço da investigação dependerá diretamente da análise do material apreendido durante o cumprimento dos mandados.

De acordo com ele, após as buscas realizadas, a Polícia Civil deverá concentrar esforços na organização das provas, análise de documentos, aparelhos eletrônicos, movimentações bancárias e eventuais perícias financeiras. “O próximo passo é consolidar todas as provas produzidas durante a investigação. A autoridade policial vai analisar o conteúdo apreendido, ouvir investigados e testemunhas, além de ava-

liar se existem elementos suficientes para confirmar autoria e materialidade dos crimes”, explicou.

Gabriel Vicente ressaltou que, em casos envolvendo lavagem de dinheiro e organização criminosa, é comum que as primeiras diligências revelem novas conexões financeiras e até outros envolvidos. Por isso, segundo ele, não está descartada a possibilidade de novas fases da operação. “Caso o material apreendido aponte para a participação de outras pessoas ou revele novos fatos criminosos, a Polícia Civil e o Ministério Público podem solicitar novas medidas cautelares, como buscas, bloqueios financeiros, quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, além de eventuais prisões temporárias ou preventivas”, concluiu.

O advogado destaca que a quebra de sigilos e a análise do fluxo financeiro costumam ser fundamentais em investigações desse tipo. “É justamente a partir do rastreamento das movimentações bancárias que os investigadores conseguem identificar a origem dos recursos, os destinatários e a dinâmica utilizada para ocultar ou dissimular valores”, detalhou.

### Entenda a investigação

#### 1. Origem do dinheiro

- Fraude milionária com boletos bancários falsos em 2025
- Golpes registrados em outros estados (SP e RJ)
- Vítimas pagavam boletos adulterados, e o dinheiro era desviado para contas indevidas

#### 2. Entrada no sistema bancário

- Parte dos valores era direcionada para contas ligadas a investigados em agência do BRB em Ceilândia
- Recursos passavam a circular dentro do sistema financeiro

#### 3. Movimentações e ocultação

- Dinheiro era movimentado entre várias contas de pessoas físicas e jurídicas
- Uso de transferências sucessivas para dificultar rastreamento
- Saques e depósitos em espécie de altos valores

#### 4. Pulverização dos recursos

- Valores distribuídos em ao menos 12 contas no DF
- Envolvimento de pessoas físicas, empresas e intermediários
- Um dos depósitos ultrapassou R\$ 1 milhão

#### 5. Indícios de estrutura organizada

- Participação de dois funcionários do BRB, empresários e um servidor federal
- Apuração também cita movimentações incompatíveis com renda declarada
- Suspeitas de padrão de vida elevado em alguns investigados

#### 6. Linha de investigação adicional

- Funcionário do BRB teria atuado na BRB DTVM
- Venda de carteiras de ativos que somam mais de R\$ 60 milhões
- Recebimento de valores após operações considerados fora do padrão

#### 7. Resultado da operação

- 17 mandados de busca e apreensão cumpridos
- Bloqueio de bens, veículos de luxo e imóvel no DF
- Investigação segue em sigilo
- \*Com informações da Delegacia de Repressão à Corrupção (DRCor)

Danandra Rocha/CB/D.A Press



Segundo os investigadores, suspeitos movimentavam quantias incompatíveis com a renda

Na avaliação da especialista em governança corporativa e pós-graduanda em compliance Juliana Oliveira, o fato de o próprio BRB ter identificado as irregularidades demonstra que parte dos mecanismos internos de controle funcionou. “Ninguém está imune a uma atuação ilegal. O papel da governança e do compliance é detectar rapidamente qualquer movimentação suspeita para evitar prejuízos maiores”, afirmou.

Ela explica que instituições financeiras trabalham com diferentes camadas de fiscalização interna, envolvendo gestores, áreas de compliance e auditoria independente. Segundo Juliana, mecanismos como monitoramento contínuo de operações, canais de denúncia, capacitação de funcionários e gestão de riscos ajudam a reduzir a possibilidade de envolvimento de empregados em esquemas criminosos.

A especialista pondera que programas de compliance não eliminam totalmente o risco de fraude. “O que eles fazem é aumentar significativamente a capacidade de detecção rápida e resposta da instituição diante de operações atípicas”, comentou.